

A HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL NOS CURRÍCULOS MÍNIMOS DE ARQUITETURA E URBANISMO: UMA ANÁLISE HISTÓRICO-DOCUMENTAL

THE SOCIAL HOUSING IN THE MINIMUM CURRICULUM OF ARCHITECTURE AND URBANISM: A HISTORICAL-DOCUMENTAL ANALYSIS

PORANGABA, ALEXSANDRO TENÓRIO

Mestre, Doutorando em Arquitetura e Urbanismo PPG-AU/UFBA, Professor do Departamento de Engenharia Civil da Universidade Federal de Sergipe, email: soualex@hotmail.com

RESUMO

Este artigo analisa os currículos mínimos dos cursos de Arquitetura e Urbanismo no Brasil, instituídos em 1962 e 1969, a fim de identificar como o tema da Habitação de Interesse Social (HIS) foi inserido no campo de formação profissional dos arquitetos nestes documentos. A partir da assertiva de que, historicamente, o projeto arquitetônico, direcionado à produção habitacional da população sem ou com os menores rendimentos financeiros, não tem ocupado centralidade na graduação em arquitetura e urbanismo no Brasil, buscou-se, por meio de uma investigação histórico-documental, compreender as causas que motivaram o fato da abordagem do tema da HIS ser, comumente, posto em condição secundária, sobretudo na disciplina de projeto de arquitetura, ou tratada como objeto de estudo específico, ou seja, trabalhado apenas por grupos de pesquisa ou programas de pós-graduação. Constatou-se que o tema da HIS foi intencionalmente negligenciado no currículo de 1962 e posto na condição de programa específico, portanto, não fundamental, no currículo de 1969. Fatos que, historicamente, legitimam o desprestígio do tema nos ateliês de projeto dos cursos de graduação.

PALAVRAS-CHAVE: Habitação de Interesse Social (HIS); Currículo Mínimo; Ensino de Arquitetura e Urbanismo.

ABSTRACT

This article analyzes the minimal curricula of the Architecture and Urbanism courses in Brazil, instituted in 1962 and 1969, in order to identify how the theme of Social Interest Housing was inserted in the field of professional training of architects in these documents. Based on the assertion that, historically, the architectural project, directed to the housing production of the population without or with the lowest financial income, has not occupied centrality in the graduation in architecture and urbanism in Brazil, it was sought, through a historical investigation -documental, to understand the causes that motivated the fact that the approach of the subject of HIS is usually put in secondary condition, especially in the discipline of architecture project, or treated as object of specific study, that is, worked only by research groups Or graduate programs. It was found that the Social Interest Housing theme was intentionally neglected in the 1962 curriculum and put into the condition of a specific, and therefore not fundamental, program in the 1969 curriculum. Facts that historically legitimize the lack of prestige of the subject in the design workshops of the courses. University graduate.

KEYWORDS: Housing of Social Interest; Minimum Curriculum; Teaching of Architecture and Urbanism.

1 INTRODUÇÃO

Nas antigas civilizações, a cultura e a tecnologia disponível eram os principais fatores que determinavam os padrões habitacionais, de modo a influenciar no tamanho, forma, divisões internas, acessos e localização. Atualmente, esses padrões são determinados pela política e a economia nas cidades urbanizadas. Ao se relacionar com o fator econômico, a habitação assume diferentes características e denominações conforme o poder aquisitivo do usuário a quem se destina: casa, residência, mansão, entre outras. No entanto, quando se trata de habitações destinadas aos extratos sociais sem ou com os menores rendimentos financeiros, essas parecem estar inseridas numa categoria de menor importância que, a depender das políticas públicas ou incentivos privados, recebem distintas definições: Habitação Popular, Habitação Social, Habitação de Interesse Social, Habitação Mínima, Habitação Econômica, Habitação de Baixo Custo e até mesmo Habitação de Mercado Popular.

Considerando, historicamente, a realidade brasileira no quesito produção de Habitação de Interesse Social (HIS) - termo primeiramente utilizado pelo extinto Banco Nacional de Habitação (BNH) -, observa-se que a mesma é tratada de modo distinto entre o campo profissional e o educacional. O campo profissional considerado, se refere a ação pública do governo brasileiro quanto à criação e implementação de políticas públicas direcionadas aos trabalhadores de rendimentos mais baixos, bem como a atuação de arquitetos na elaboração de projetos arquitetônicos para esse segmento populacional. Para o referido campo, a HIS, a partir dos anos de 1930, se apresentava como um investimento necessário, diante da realidade do país, marcada pela mudança do sistema econômico de agrário-exportador para urbano-industrial, e pela migração campo-cidade de uma quantidade significativa de pessoas em busca de novas oportunidades de trabalho e moradia. Para o campo educacional, as disputas em torno do que deveria ser priorizado na formação dos arquitetos e urbanistas, contribuiu para que o projeto de HIS fosse considerado um elemento de pouca visibilidade, secundário.

Alguns pesquisadores e estudiosos da HIS já evidenciaram em suas publicações a pouca importância dada ao tema na historiografia da arquitetura, bem como sua ausência nos bancos escolares (BENETTI, 2012; BONDUKI, 2014; FERREIRA, 2011; BASTO, ZEIN, 2010). Contudo, considerando a situação habitacional do país, cuja demanda por HIS cresce continuamente, uma pergunta se impõe: Por qual motivo as escolas de arquitetura situadas nas grandes cidades não abordam de modo incisivo, na contemporaneidade, o tema da HIS nos ateliês de projeto de arquitetura e no currículo de graduação? As respostas para a questão, podem vir de várias partes, mas uma, em particular, será tratada com especificidade neste artigo, que é o fato dessa realidade ser consequência da histórica conduta dos diferentes agentes que participaram do processo educacional no século XX, quando da construção dos primeiros currículos mínimos, de modo a não legitimar o tema da HIS como um conteúdo obrigatório e primordial na formação do chamado “arquiteto generalista”.

Assim sendo, o objetivo deste artigo - cujos resultados são frutos da pesquisa de doutoramento em curso no PPGAU/UFBA sob a orientação dos professores doutores Naia Alban e Nivaldo Vieira de Andrade Junior - é analisar os currículos mínimos dos cursos de Arquitetura e Urbanismo no Brasil, instituídos em 1962 e 1969, a fim de identificar como o tema da Habitação de Interesse Social foi inserido no campo de formação profissional dos arquitetos nestes documentos. No entanto, para compreensão dos fatos, optou-se em evidenciar os acontecimentos políticos, educacionais e habitacionais ocorridos no Brasil a partir de 1930, passando pela reformulação curricular da Escola Nacional de Belas Artes (ENBA) em 1931 até a institucionalização dos currículos mínimos.

A educação, ou mais precisamente, o processo de ensino, comumente, é regido por um instrumento que arregimenta uma série de fatores - em geral, relacionados com questões de cunho administrativo, ensino, conteúdo, condutas pedagógicas, estrutura física, entre outros - considerados preponderantes, que exercem impactos em toda a estrutura educacional e pedagógica de uma determinada instituição, instrumento esse mais conhecido como currículo. Ao longo da história do ensino, muitas teorias foram sendo formuladas acerca do currículo. Estruturalmente, as chamadas teorias do currículo estão “classificadas” em três correntes de pensamento: (1) as teorias tradicionais, que vão se preocupar ou abordar questões relacionadas ao ensino, aprendizagem, avaliação, metodologia, didática, organização, planejamento, eficiência e objetivos; (2) as teorias críticas, que por sua vez se direcionam aos aspectos da ideologia, reprodução cultural e social, relações de poder, classe social, capitalismo, relações sociais de produção, conscientização, emancipação e libertação, currículo oculto e resistência; (3) as teorias pós-críticas, que dão ênfase aos conceitos de identidade, alteridade, diferença, subjetividade, significação e discurso, saber-poder, representação, cultura, gênero, raça, etnia, sexualidade e multiculturalismo (SILVA, 2009).

Nenhuma dessas correntes de pensamento se sobrepõem umas sobre as outras como sendo certa ou errada, visto que elas são o reflexo de variados posicionamento de autores e pensadores, que a depender da circunstância podem agir de modo conjunto ou não numa determinada formulação curricular. De um modo geral, as discussões sobre o currículo englobam, com maior ou menor grau de importância, a preocupação

em torno de quais identidades se pretende formar, no caso da arquitetura e urbanismo, qual ou quais perfis profissionais se deseja construir. Sob as distintas perspectivas teóricas supracitadas, se apresenta como interessante percurso teórico para este trabalho, as perspectivas críticas e pós-críticas, visto que a partir dessas vertentes, o currículo não é considerado apenas uma questão técnica e que aceita facilmente o *status quo*, ao contrário, a compreensão de currículo se torna mais complexa, pois a partir de então, concebe-se o mesmo como um campo moral e ético. Conforme Silva (2009, p. 16-17), as teorias críticas e pós-críticas estão “[...] preocupadas com as conexões entre saber, identidade e poder”, ou seja, entende-se que a preocupação centra-se no processo cíclico, onde a transmissão do saber pode impactar na construção da/das identidade(s) que, por sua vez, são construídas para exercer um poder capaz, também, de voltar a agir sobre o saber.

Assim sendo, importantes questionamentos, comuns às teorias críticas e pós-críticas do currículo, como relata Silva (2009) devem nortear a formulação curricular de uma instituição, e principalmente, às que se envolve com a formação de arquitetos e urbanistas no Brasil, ou seja: Por que um determinado conhecimento deve ser contemplado e não outro? Quais interesses fazem com que um certo conhecimento e não outro, ou também outro, esteja no currículo? Por que privilegiar um determinado perfil profissional ou subjetividade e não outro?

Ao considerar que a formação pessoal e profissional não se processa alheio da constituição social e da história, vislumbra-se que, em se tratando da área da arquitetura e urbanismo, o ensino e a formulação curricular deve se processar, primordialmente, de modo contextualizado, interdisciplinar e que o discente desenvolva competências e habilidades que possibilite aos mesmos, se portarem como cidadãos e a intervir, por meio da obra arquitetônica, na vida social. Nessa perspectiva, compreende-se que a vida cotidiana e a realidade das cidades - com todas as suas benesses e mazelas - devem servir de base para a elaboração de uma estrutura curricular plural, de modo que o discente mantenha íntimo contato com os distintos padrões arquitetônicos em sua formação base, **sem que haja negações ou silenciamento dos modos de vida e formas de organização do habitar daqueles que não se encontram num “padrão econômico dominante”**.

Partindo-se da perspectiva crítica e pós-crítica do currículo, desenvolveu-se uma análise histórico-documental a fim de compreender as causas que motivaram o fato da abordagem do tema da HIS ser, comumente, posto em condição secundária, sobretudo na disciplina de projeto de arquitetura, ou tratada como objeto de estudo específico, ou seja, trabalhado apenas por grupos de pesquisa ou programas de pós-graduação. Os primeiros currículos mínimos dos cursos de Arquitetura e Urbanismo, estabelecido no país nos anos de 1962 e, posteriormente, reformulado em 1969, são frutos de influências políticas, econômicas e sociais que nortearam as características - determinadas como fundamentais - na formação profissional do arquiteto, ou seja, são frutos das relações do saber, identidade e poder. Analisar esses documentos e os fatos históricos, que antecederam seu estabelecimento como artefato social e nacional, é compreender as possíveis razões, contemporâneas, da permanência de determinadas condutas educacionais que aparentam ser imutáveis e intransponíveis quanto a abordagem e/ou inserção de “novos” temas na estrutura curricular dos cursos de graduação em arquitetura e urbanismo, como é o caso do projeto de HIS.

2 (DES)ENCONTROS INTENCIONAIS

O século XX é marcado por significativos acontecimentos ocorridos na área da arquitetura e urbanismo que, até os dias atuais, influenciam a formação superior dos arquitetos e urbanistas no Brasil, tais como: A primeira reforma do currículo da Escola Nacional de Belas Artes (ENBA) em 1931; a busca por autonomia dos cursos de arquitetura e urbanismo; e a criação, a nível nacional, de um currículo mínimo direcionado aos arquitetos e urbanistas. Associados a esses acontecimentos, tem-se ainda os avanços das tecnologias de construção e a participação dos profissionais de arquitetura na elaboração de projetos e na idealização de programas governamentais de provimento a HIS, nos quais pode-se elencar: criação dos Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs) em 1933 - que conseguiram produzir um número significativo de HIS e a oportunizar a atuação de arquitetos brasileiros - e a criação da Fundação Casa Popular (FCP) em 1946, órgão destinado ao enfrentamento do problema habitacional em âmbito nacional (BONDUKI, 2014; ARAVECHIA BOTAS, 2011). Além desses, já em 1964, diante dos antigos e frágeis programas habitacionais, o governo brasileiro cria o Banco Nacional de Habitação (BNH) que viabilizou uma massiva produção habitacional em todo o território brasileiro.

A partir de 1930, com a expulsão das oligarquias cafejeiras do poder, o governo brasileiro - no comando de Getúlio Vargas - passa a agir em todos os aspectos econômicos do país. Isso, acabou por impactar tanto na educação superior quanto na produção habitacional. No âmbito educacional, Getúlio Vargas, movido pelo ideal de que o país devia fortalecer o ensino tecnicista para concorrer, em nível mundial, com as grandes potências e, também impulsionado pelas insatisfações com os métodos de ensino instaurado na ENBA,

nomeia o arquiteto Lucio Costa para direção da Escola com o intuito de implementar mudanças na estrutura curricular da instituição (MONTEIRO, 2007).

Naquela ocasião, a arquitetura mundial se encontrava em processo de mudança, a chamada arquitetura moderna estava sendo praticada pelos grandes nomes da arquitetura, sobretudo depois da realização dos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna (CIAM), no final da década de 20. No Brasil, a cultura modernista já havia sido aceita pelos arquitetos nacionais e Lucio Costa se encontrava entre os simpatizantes. Na ocasião de sua nomeação como diretor da ENBA, os artistas e arquitetos mais conservadores da instituição não se colocaram em oposição (MONTEIRO, 2007), porém, estes não tinham ainda o conhecimento de que Costa havia se aproximado dos princípios da arquitetura moderna. Assim, a reforma do curso da ENBA se procedeu com o afastamento de alguns docentes academicistas e com a contratação de professores simpatizantes da arte moderna (SEGAWA, 2010; MARAGNO, 2013).

Na esfera da arquitetura, o debate em torno das exigências da prática e suas conexões com a formação e ensino dos arquitetos estavam em evidências, sobretudo, após a entrada dos preceitos da arquitetura moderna - cujos arquitetos envolvidos com o movimento, dirigiam suas preocupações aos problemas da produção massiva de habitações para os trabalhadores, ou seja, habitações do mínimo nível de vida (BONDUKI, 1994). Esses debates exerceram forte influência nas decisões tomadas por Lucio Costa enquanto esteve na direção da ENBA. Sobre isso Edgar Graeff já afirmava:

A luta pela renovação e aperfeiçoamento do ensino de arquitetura no Brasil já se prolonga por quase 50 anos. Vem de uma tomada de posição perfeitamente definida pelo Lucio Costa, em 1931. Foi a primeira tentativa de atualizar, de colocar o ensino de arquitetura em termos de realidade contemporânea. Tentativa que, naquela época, correspondia muito bem ao que estava ocorrendo no Brasil: tratava-se harmonizar a escola, a universidade, com a vida [...] (GRAEFF, 1995, p. 36).

Com o advento do pensamento moderno, a exaltação social da arquitetura foi tão expressiva que tornou a casa popular o maior “monumento do século XX” (ARTIGAS, 1986, p.74), porém essa exaltação não se efetivou, formalmente, no ensino da ENBA. O tema da HIS, não estava incluso, oficialmente, nem como disciplina específica e nem como conteúdo obrigatório em qualquer outra disciplina que se relacionasse com a atividade de projeto arquitetônico ou urbanismo (BRASIL, 1931). Apesar dessa constatação, segundo Ernani Vasconcelos, ex-aluno da ENBA na época de Lucio Costa, a habitação popular ocupou lugar de destaque no ensino: “A Torre de Pensamento às margens do Rio Sagrado cedeu lugar à habitação popular” (VASCONCELOS apud CAVALCANTI, 2006, p. 126). Além dele, o arquiteto Abelardo de Souza, também formado pela ENBA, depôs que a reforma de Lucio Costa foi total. Conforme o arquiteto, os alunos iniciantes se demonstravam bastante entusiasmado, visto que ao invés de projetarem copiando pórticos e frontões, passaram a estudar “[...] temas mais práticos como a “**casa mínima**”, postos de gasolina, grupos escolares, equipamentos de cozinhas e banheiros” (SOUZA, 1987, p. 61, grifo nosso). Conforme os relatos, percebe-se que o tema da HIS, apesar da ausência de obrigatoriedade oficial, era estudado na ENBA, numa espécie de “currículo informal”. Por não estar submetido ao controle da instituição de ensino, o “currículo informal” - mesmo não sendo uma prática subversiva ou clandestina - contribui para a não legitimação dos conteúdos possivelmente abordados, fragiliza o ensino de determinados temas, e ainda compromete a devida perpetuação do conteúdo para futuros alunos, visto que esse currículo se processa a partir da interpretação do/da docente sobre o currículo oficial.

No ano que marca a aprovação da primeira regulamentação profissional dos arquitetos no Brasil, Decreto nº 23.569 de 1933, passa a funcionar no país o Instituto de Aposentadoria e Pensões – IAP. Os IAPs foram os primeiros órgãos públicos a promover HIS no país, mas, essa produção não contemplava os que mais necessitavam de habitação, ou seja, os trabalhadores informais, aqueles que não possuíam carteira assinada, e os trabalhadores da zona rural, como destaca Bonduki:

Os trabalhadores com carteira assinada, associados aos IAPs, tinham direito a uma proteção social que garantia, além das aposentadorias e pensões, assistência, serviços de saúde e a possibilidade de alugar uma unidade em um conjunto residencial ou obter um financiamento para construir uma moradia (BONDUKI, 2014, p.141).

Apesar da importância dos IAPs e suas respectivas ações habitacionais, salienta-se que a política habitacional empreendida por Vargas não era um ato de generosidade e preocupação com as questões sociais gratuitamente. Na verdade, visava-se alimentar o sistema de permanência do Presidente no poder, ou seja, mostrava-se para o povo a preocupação do governo brasileiro no atendimento de suas necessidades habitacionais em troca de apoio político. Em suma, a política “varguista” atendia os anseios da classe dominada e agradava, substancialmente, a classe dominante que lucrava com os empreendimentos alugados. Esse fato evidencia o poder político que a arquitetura pode desempenhar numa sociedade. Como já dizia Juhn Ruskin, ao criticar a conduta da burguesia para com os operários em plena revolução industrial,

“a arquitetura é uma arte essencialmente política e é imprescindível ao arquiteto trabalhar com a convicção de que as nossas instituições são realmente esplêndidas” (apud ARTIGAS, 1986, p. 71).

Entre os anos de 1937 a 1964, a produção dos IAPs em conjunto com os da Fundação da Casa Popular (FCP) produziram um total de 140,989 mil unidades habitacionais, sem contar os financiamentos realizados pela classe média (BRUNA, 2015). Além disso, ao longo dos anos a participação dos arquitetos brasileiros no processo de implementação de uma cultura de HIS no país, apesar de todas as dificuldades enfrentadas pela categoria em relação ao prestígio dos engenheiros civis, foi marcante, a ponto de nomes como Attilio Correia Lima (autor do Conjunto Residencial Várzea do Carmo em São Paulo de 1942 - IAPI), Carlos Frederico Ferreira (autor do primeiro bloco habitacional moderno do Conjunto do Realengo no Rio de Janeiro - IAPI), Eduardo Knesse de Melo (autor do Conjunto Residencial Rua Japurá em São Paulo de 1947 – IAPI), Flávio Marinho Rego (autor do Conjunto Residencial em Deodoro no Rio de Janeiro de 1953 – FCP), Paulo Antunes Ribeiro (autor do Conjunto Residencial da Mooca em São Paulo, de 1946 - IAPI), entre tantos outros, terem marcado a história da HIS.

Enquanto um grupo de profissionais de arquitetura lutavam pela efetivação de uma arquitetura voltada para o trabalhador industrial nas cidades, outros profissionais ligados ao ensino, lutavam pela institucionalização de um autônomo curso de arquitetura, desvinculado das tradicionais Escolas Politécnicas e Belas Artes. Essa autônoma, passa a se efetiva a partir de 1945, quando é criada a Faculdade Nacional de Arquitetura (FNA) com o propósito de “ministrar o ensino de arquitetura e de urbanismo, visando à preparação de profissionais altamente habilitados; realizar estudos e pesquisas nos vários domínios técnicos e artísticos, que constituem objeto de seu ensino” (BRASIL, 1945, p.1).

A nova Faculdade mantinha dois cursos seriados, arquitetura e urbanismo. No entanto, tanto os catedráticos professores quanto o modelo curricular da ENBA foram incorporados a FNA. Esse currículo tornou-se modelo para a implantação dos demais cursos de arquitetura da época no país, ou seja, se oficialmente a questão da HIS não estava legitimado no currículo da ENBA, a partir da criação da FNA, essa ausência se ampliava a nível nacional. Esse fato apenas reforça a perspectiva de que a prática de sala de aula guiada por um “currículo informal” se fragiliza substancialmente, tendo em vista não haver registros de que o tema em questão era abordado nos ateliês.

Diante da situação ora exposta, questiona-se: No afã da luta por uma autonomia das escolas de arquitetura, os agentes envolvidos na formação da FNA teriam se descuidado da questão curricular e de seus conteúdos? No que tange a questão da construção sólida de uma correlação entre vida profissional e ensino, a ação projetual de arquitetos na idealização de HIS, comumente praticado pelos IAPs, não seria um significativo motivo para que o tema da HIS fosse inserido como disciplina ou como tema obrigatório no currículo da FNA? Indiscutivelmente, um dos grandes problemas na transição da ENBA para a FNA se encontrava na seleção das disciplinas e temas que deviam ser contemplados, isso reflete e mostra muito sobre a visão de mercado dos que se envolveram no processo. Diante do aproveitamento curricular, elenca-se uma nova pergunta: Que tipo de profissional se buscava formar? Possivelmente a resposta para essa pergunta, esteja evidente no currículo da FNA, que vigorou para as escolas de arquitetura no país, sejam elas reorganizadas ou criadas, até 1962:

O currículo estabelecido para o Curso de Arquitetura da Faculdade Nacional de Arquitetura foi distribuído por 23 cadeiras com a seguinte seriação: 1º ano: Matemática Superior; Geometria Descritiva; História da Arte; Desenho Artístico e Arquitetura Analítica (1º Parte). 2º ano: **Mecânica Racional**; Sombras, Perspectiva e Estereotomia; Materiais de Construção; Teoria da Arquitetura; Arquitetura Analítica (2ª parte); Composição de Arquitetura (1ª parte). 3º ano: Resistência dos Materiais e Estabilidades Construções; Técnica da Construção e Topografia; Física Aplicada; Composição Decorativa; Composição de Arquitetura (2ª parte). 4º ano: **Concreto Armado**; Legislação e Economia Política; Higiene da Habitação e Saneamento das Cidades; **Arquitetura no Brasil**; Grandes Composições de Arquitetura (1ª parte). 5º ano: Sistemas Estruturais; Organização do Trabalho e Prática Profissional; Urbanismo e Arquitetura Paisagista; Grandes Composições de Arquitetura (2ª parte) (ABEA, 1977, p. 56, grifo nosso).

No novo currículo da FNA, conforme Sanches (2005), as únicas disciplinas inéditas são as de Mecânica Racional, Concreto Armado e Arquitetura no Brasil. Algumas disciplinas foram reformuladas, mas a maioria permaneceu inalterada. Vale salientar que, quando da efetivação da FNA, a arquitetura moderna e a questão da “casa mínima” já havia se legitimado oficialmente; a própria casa popular já havia sido “[...] reconsiderada, glosada, estudada por muitos arquitetos, sob todos os aspectos possíveis e imagináveis, em todos os países” (ARTIGAS, 1986, p. 74); o I Congresso Brasileiro de Arquitetos, realizado em 1945, havia colocado em discussão central a defesa da função social do arquiteto; e, principalmente, a produção de HIS pelos IAPs estavam se efetivando gradativamente no cenário urbano das grandes cidades. O que se evidencia com esse modelo nacional de currículo para o ensino de arquitetura e urbanismo, é que ocorreu, intencionalmente,

(des)encontros com a realidade profissional e a vivência acadêmica, ou seja, as demandas habitacionais pelos segmentos de menores rendimentos da sociedade brasileiras, até o momento, não foram seguidas de uma composição curricular apropriada.

3 A REPRODUÇÃO DO MODELO NÃO SUPERADO

Passado o momento de busca por uma autonomia, fortificação do prestígio social dos arquitetos e urbanistas, e da expansão dos cursos de arquitetura pelo Brasil¹, inicia-se, a partir da segunda metade de 1950, uma movimentação nacional (entre docentes, discentes e profissionais liberais) com o intuito de rever as premissas, condutas e objetivos do ensino de arquitetura, visto que o currículo vigente, modelo da FNA, nada mais era do que uma junção de disciplinas de cunho artísticos, oriundas da ENBA, com disciplinas técnicas, próprias das Politécnicas.

Parte dos profissionais que consideravam importante a reformulação curricular, defendiam a inserção dos preceitos da arquitetura moderna com mais incisividade nos bancos escolares, visto que, como relata Edgar Graeff, o ensino se mostrava muito resistente a novas perspectivas, principalmente de arquitetos pioneiros como Le Corbusier e Frank Lloyd Wrigh (GRAEFF, 2003 apud MONTEIRO, 2007, p.78). Por outro lado, havia um grupo que era contrário a essa inserção.

A postura contrária à inserção da Arquitetura Moderna no ensino é, claramente, expressa no comentário de Artigas (1986), quando relata que a arquitetura moderna brasileira se prestava a serviço de uma demagogia desenfreada - se referindo a preocupação declarada dos simpatizantes do movimento com a produção de uma arquitetura popular - e na sombra dos Institutos, durante o Estado Novo. Além disso, na visão do autor, as ideias modernas foram acriticamente aceitas pelo movimento estudantil, fruto das constantes propagandas tendenciosas feita fora e dentro do país.

Para além das disputas entres os prós e contras a arquitetura moderna brasileiras, o fato é que os anos de 1960 no Brasil, começaram bastantes agitados. Jânio Quadros assumiu a Presidência da República em 1961, mas, após 7 meses renuncia cedendo lugar para seu vice João Goulart, além disso, entre 1961 e 1964, ano em que Goulart é deposto e o regime de exceção é implantado no país, no que se refere a política habitacional direcionada à população de menores rendimentos, o governo, com muito esforço, consegue dar seguimento ao funcionamento da FCP - primeiro órgão federal responsável pela área da habitação e desenvolvimento urbano no país, cujo projeto englobava a construção de casas, o financiamento de obras de infraestrutura urbana, entre outras.

Quando a FCP foi criada, houve grande reação contra o órgão, justamente pelo fato de, no final do Estado Novo, o governo lançar a proposta de unificação dos IAPs em um único órgão, ou seja, o Instituto de Seguridade Social Brasileiro (ISSB) e transferir os fundos para a FCP (MANOEL, 2004). A movimentação política e institucional contra a efetivação da FCP ganhou também o apoio do setor da construção civil. Tanto o Instituto de Arquitetos do Brasil, quanto o Clube de Engenharia, compactuavam com as críticas feitas ao governo, de que o mesmo estava querendo iludir os trabalhadores, oferecendo a casa como processo básico de acesso a moradia. No entanto, Bonduki (2014), salienta que esse pensamento era infundado pois o projeto da FCP era mais amplo.

Em termos quantitativos², a FCP conseguiu produzir pouco mais de 18.000 unidades habitacionais durante seus 18 anos de existência (1946-1964), e foram poucos os trabalhadores de menor poder aquisitivo que conseguiram se privilegiar da produção de casas da FCP visto que, segundo Azevedo (1988), o processo de seleção dos trabalhadores para aquisição da casa, acabou sendo distorcido, e houve um favorecimento aos que possuíam influência política. A FCP se manteve ativa até o ano de 1964 quando é criado o Banco Nacional de Habitação.

No âmbito educacional, em dezembro de 1961 é sancionada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a partir de então, os cursos oferecidos pelas instituições de ensino superior deveriam ser conduzidos por um currículo mínimo. Isso fez com que as esperanças e desejos de se efetivar melhorias no ensino de arquitetura e urbanismo, por parte dos que não concordavam com as posturas impressas no currículo da FNA, se acendessem. Na busca por uma reformulação curricular, algumas experiências foram cruciais para se chegar a formulação de um documento apropriado. Uma dessas experiências foi a criação Faculdade de Arquitetura da Universidade Nacional de Brasília (UNB). A experiência implantada na UNB, possibilitou que um grupo de arquitetos pudessem elaborar projetos arquitetônicos dentro da universidade (ABEA, 1977), assim, foi possível estabelecer uma conexão mais aproximada entre teoria e prática por meio da atividade de pesquisa. Além dessa experiência, a reforma curricular ocorrida na Faculdade de Arquitetura da Universidade de São Paulo (FAU-USP) em 1962, exerceu grande impacto entre as faculdades de arquitetura.

O projeto do primeiro currículo foi apresentado à comunidade acadêmica em junho de 1962 durante o III Encontro de Diretores, Professores e Estudantes de Arquitetura em São Paulo. A proposta curricular devia representar as aspirações e desejos de todo um conjunto de mobilizações nacionais de estudantes e profissionais no que se referia a adequação da “[...] formação desenvolvida nas escolas às especificidades do exercício da profissão e da atuação do arquiteto e urbanista na própria sociedade” (SANTOS JUNIOR, 2001, p. 11). Conforme relato de Graeff, percebe-se que a expectativa quanto aos impactos que o estabelecimento do currículo mínimo poderia ocasionar no ensino de arquitetura eram as mais benéficas, ou seja, era como se o currículo se tornasse uma ferramenta transformadora e capaz de potencializar novas experiências didático-pedagógicas: “[...] O currículo mínimo vinha abrir oportunidades de mudanças e experiências inovadoras, inclusive no sentido de colocar o ensino em sintonia com as realidades geográficas, sociais e culturais de cada região” (GRAEFF, 1995, p. 45).

O currículo mínimo, como sugestionado nos encontros nacionais de arquitetos, estudantes e professores de arquitetura, deveria especificar um mínimo de unidades indispensáveis à formação do arquiteto em âmbito nacional, e abrir margem para que as peculiaridades regionais pudessem implementar suas experiências a fim de contribuir com a construção de um campo de ensino fértil para a arquitetura. Até então, tudo parecia corresponder às expectativas de construção de um ensino democrático, inclusive em relação a inserção do ensino sobre a HIS, visto que esse era o desejo manifesto dos estudantes. Contudo, contrariando as expectativas, o currículo mínimo foi aprovado de modo resumido, sem nenhuma justificativa sobre a estrutura e os componentes curriculares nele expresso (ABEA, 1977).

O primeiro currículo mínimo apontou, como atribuição da graduação, a formação generalista do arquiteto e urbanista, de modo a garantir que a formação não se procedesse de modo fragmentado em duas áreas especializadas. Além disso, o mesmo também enuncia a formação continuada do arquiteto em campos específicos por meio de atividades complementares (CONFEA, 2010). Entende-se que, o termo generalista, não deve apenas se restringir a questão de formação única entre arquiteto e urbanista, e sim promover na formação superior, a inserção de assuntos fundamentais para que o futuro profissional possa desempenhar suas funções de modo a atender às necessidades e anseios da população. Contudo, o que se evidencia no ensino de arquitetura precedido pelo currículo mínimo, é que sob o ponto de vista da demanda e das questões sociais, o ensino se apresentou fragilizado, justamente pelo fato do mesmo não legitimar a inserção de conteúdo relacionado com a produção de HIS ou disciplina específica correlata, fato esse que pode ser conferido na grade curricular especificada no Parecer nº 336, de 1962³.

A comissão responsável em elaborar o primeiro currículo mínimo, buscou colocar a disciplina de Composição Arquitetônica como sendo a principal disciplina da grade. Essa importância, incita um questionamento: O fato da disciplina se apresentar como uma “espinha dorsal” do curso, essa não deveria indicar o estudo direcionado a produção de HIS ao considerar o déficit habitacional e a demanda social? Ao contrário do objetivo que deveria atingir, o currículo mínimo não transpareceu os debates e propostas de reformulação do ensino oriundos dos congressos profissionais e acadêmicos que antecederam sua homologação, além disso, entende-se que o mesmo continuou reproduzindo o modelo que pretendia superar.

4 A CONDIÇÃO SECUNDÁRIA DA HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

Após a instauração da Ditadura Militar no Brasil, o cenário educacional passa a enfrentar intensas e obrigatórias mudanças em todos os níveis e, sobretudo, no ensino superior. Dentre os fatos que marcaram o sistema educacional e a área da arquitetura e urbanismo nesse período, pode-se elencar alguns: o fechamento do Instituto Superior de Pesquisas para Planejamento, prisão e exílio de professores universitários; instauração de um clima de insegurança política que afetou o ambiente intelectual das instituições de ensino; e frustração das expectativas em relação ao ideário modernista (CONFEA, 2010). O sucateamento das universidades públicas e a necessidade de um número maior de profissionais no mercado por conta da crescente urbanização no país, abrem caminho para que a iniciativa privada invista na criação de novos cursos de graduação.

Em termos de benefícios sociais para a população de menores rendimentos financeiros, o Golpe Militar de 1964 se tornou um pesadelo. Instaura-se no Brasil uma política econômica que passa a priorizar a concentração de renda e o atendimento das demandas das classes médias altas. Se antes, a preocupação, no meio acadêmico, com a HIS não era incisivamente presente no currículo de 1962, com a não priorização de investimentos voltados para a produção habitacional, a situação é ainda mais agravada. Como se não bastasse, em plena ditadura, ocorre a Reforma Universitária em 1968.

Nesse embalo, os cursos de arquitetura e urbanismo se multiplicaram, de modo a contribuir para que as ideias de estabelecimento de uma arquitetura comprometida com as necessidades da população não se efetivassem. Conforme Santos Junior (2001), associada ao descaso e a falta de manutenção dos padrões de

qualidade das universidades, a Reforma Universitária conseguiu fazer com que o ensino superior fosse tomado como um produto mercadológico comandado pelas empresas privadas educacionais. Se o currículo de 1962 já havia sido aprovado sem grandes justificativas e não conseguiu garantir um ensino de qualidade no país, cabia agora, aos que se preocupavam com a referida qualidade, lutar para reestabelecer a credibilidade afetada pela referida reforma. Um dos caminhos encontrados foi concentrar esforços para que um novo currículo, comprometido com efetiva transformação profissional, fosse aprovado.

Visando atender a Reforma Universitária, e ainda contrariando todo um corpo profissional preocupado com o aprofundamento dos debates em torno das atribuições e conhecimentos fundamentais para o arquiteto e urbanista, em 1969, é imposto no país a reformulação do primeiro currículo mínimo de 1962, fixado pela Resolução nº 3, de 25 de junho de 1969, do Conselho Federal de Educação (CFE) com base no Parecer nº 384/69 elaborado pela Comissão Especial (CE) formada por Clóvis Salgado (Coordenador), Celso Kelly (Relator), Celso Cunha e José Borges dos Santos (BRASIL, 1969).

O novo currículo mínimo, reestruturou os antigos componentes curriculares de 1962 e traz de modo mais esclarecido as atividades e abordagens de temas (ementa resumida) considerados fundamentais para a formação em arquitetura e urbanismo (Quadro 1). Sobre a estrutura das disciplinas, verifica-se um certo retrocesso no ensino, ou seja, houve a substituição das disciplinas de Evolução Urbana e Composição Arquitetônica (de Interiores e Exteriores) por uma única disciplina denominada de Planejamento, que consistia numa “atividade criativa aplicada, quer quanto à arquitetura das habitações e edifícios em geral, quer quanto a projetos de objetos (arquitetura interior), quer quanto às cidades e regiões (Planejamento urbano e Regional)” (BRASIL, 1969)⁴. Segundo Elvan Silva (1998 apud SANTOS, 2002, p. 129), “O currículo mínimo da Resolução 03/69 era incompleto e imperfeito, pois omitia, por exemplo, a referência explícita à temática urbanística, utilizava expressões obsoletas como ‘Higiene da Habitação’ ou imprecisas como ‘Planejamento Arquitetônico’”.

Figura 1: Quadro comparativo entre as disciplinas do Currículo Mínimo de 1962 e 1969.

Área	CURRÍCULO MÍNIMO DE 1962	CURRÍCULO MÍNIMO DE 1969
Disciplinas relacionadas com a Área de História	História da Arquitetura e da Arte	Estética, História das Artes e, especialmente da Arquitetura
	Teoria da Arquitetura	Teoria da Arquitetura; Arquitetura Brasileira
	Estudos Sociais e Econômicos	Estudos Sociais
Disciplinas relacionadas com a Área de Tecnologia	Cálculo	Matemática
	Física Aplicada	Física
	Resistência dos Materiais e Estabilidade das Construções	Resistência dos Materiais
	Sistemas Estruturais	Sistemas Estruturais
	Materiais de Construção	Materiais de construção, detalhes e técnicas de construção
	Técnica da construção	
	-	Instalações
-	Higiene de Habitação	
Disciplinas relacionadas com a Área de Projeto	Geometria descritiva	Desenho e outros meios de expressão
	Evolução urbana	Planejamento
	Planejamento	
	Composição Arquitetônica, de Interiores e de Exteriores	
	Desenho e Plástica	Plástica
-	Legislação, Prática Profissional e Deontologia	-

Fonte: Elaborado pelo autor com base na legislação pertinente

Ainda conforme o Parecer nº 384/69, no ensino da nova disciplina de Planejamento, temas como o estudo de **residências populares foi considerado com programa específico**, e poderiam ser abordados caso houvesse demanda por parte dos alunos e se a instituição disponibilizasse de recursos suficientes para tal ensinamento. O que se apreende do relatório da CE, é que se atribuiu pouca importância à produção habitacional direcionada para a população de menores rendimentos financeiros, que, no período, se processava em larga escala por parte do Banco Nacional de Habitação (BNH), instituído em 1964. Dada a importância do tema da HIS e a atuação dos arquitetos no mercado de trabalho, considera-se que esse tema não deveria depender de nenhum fator extra para sua inserção como conteúdo obrigatório. Tal situação reforça a pouca importância e a histórica ausência do tema da HIS na formação “generalista”, a nível de graduação.

Outro ponto interessante do relato expresso no Parecer nº 384/69, diz respeito a questão das favelas, que se constituíam num dramático desafio à arquitetura. No entanto, na visão da CE essa dramaticidade não se refere à questão do estabelecimento do mínimo espaço habitável, à funcionalidade da habitação ou à inserção urbana, e sim à uma questão estética, ou seja, o desafio clamava por fórmulas inspiradas na ambientação artística como condição para que houvesse uma significação estética que viesse a representar o calor humano (BRASIL, 1969). Porém, ao passo que a CE expressa tal pensamento, ao descreverem as abordagens que a disciplina de planejamento deveria transmitir ao alunado, não conseguem efetivar o desafio supracitado como elemento fundamental no currículo. Para não afirmar que esse fato se apresenta como um erro intencional, no mínimo, pode ser considerado como um fato incongruente.

Com a universidade pública desvalorizada e com a imposição do segundo currículo mínimo, o ensino de arquitetura e urbanismo sofre sérias consequências. Entre elas, pode-se destacar: o estabelecimento da formação de profissionais limitados a servir ao sistema produtivo vigente, ou seja, destinado à elite dominante; formação maciça de profissionais vindos das instituições privadas que visavam maior lucro em detrimento da qualidade educacional, entre outras. Toda essa situação reforça o descomprometimento das universidades e do mercado produtivo com as questões sociais e, sobretudo, com a produção habitacional para os trabalhadores populares. Sobre a situação vivenciada no ensino de arquitetura, Santos Junior destaca:

O distanciamento progressivo da educação escolarizada do arquiteto e urbanista das candentes demandas sociais - com graus variados do ponto de vista teórico-conceitual, da atualização tecnológica e da atuação prática - **acabou por tornar rarefeita e episódica a contribuição oferecida pelas escolas às questões sociais que contam com imediato interesse profissional, como, por exemplo, aquelas relacionadas com a habitação** ou com as intervenções na cidade (SANTOS JUNIOR, 2001, p. 14, grifo nosso).

Ademais, após a imposição do segundo currículo mínimo, evidentemente cumprindo com as exigências políticas educacionais do período, em 1974, a Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura (ABEA) publica o relatório sobre o 1º Encontro de Diretores de Escolas de Arquitetura do País, onde se evidencia o interesse pela reformulação do segundo currículo mínimo nacional vigente, visava-se que o mesmo abordasse questões condizentes tanto com a formação do arquiteto, quanto com a atuação do profissional no mercado de trabalho. Um dos pontos de destaque no referido Relatório (ABEA, 1974), é o registro da convocação do BNH feita aos diretores das escolas de arquitetura para a realização de concursos voltados para os estudantes dos últimos semestres, visando o incentivo pela elaboração e estudo de HIS, de modo que fosse considerado o Plano Nacional de Habitação Popular (PLANHAP). Apesar do currículo vigente considerar que o ensino voltado à temática da HIS deveria se proceder em programas específicos, ou seja, não fundamental, impulsionado pela demanda social, o próprio BNH tratou de suprir a carência, e estimular o estudo e a pesquisa na graduação a nível de universidade, como caminho para familiarizar os futuros arquitetos com os problemas habitacionais brasileiros. Tal iniciativa, se apresentou como uma grande oportunidade das escolas de arquitetura e urbanismo no país, ao estabelecer novos caminhos curriculares, de implementarem mudanças nas contundas tradicionais arraigadas na graduação. Entretanto, essas possíveis mudanças não se efetivaram com facilidade nos anos seguintes.

Por fim, coaduna-se com a afirmativa de Maragno (2013, p. 155) ao se referir à carta de Ouro Preto de 1977, que o currículo mínimo de 1969 “[...] não era garantia, por si só, de melhoria do ensino, mas que ele poderia ser um indutor importante na melhoria do ensino e que sua reformulação era tarefa necessária e urgente”.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS: OPORTUNIDADES PERDIDAS?

Mas, é claro que, enquanto a ligação entre os arquitetos e as massas populares não se estabelecer, não se organizar, enquanto a obra dos arquitetos não tiver a suma glória de ser discutida nas fábricas e nas fazendas, não haverá *arquitetura popular* (ARTIGAS, 1986, p. 79, grifo do autor).

Sob o ponto de vista do ensino de arquitetura e urbanismo, evidencia-se na fala de Vilanova Artigas, a lacuna existente entre a formação dos arquitetos e sua relação com as demandas sociais. Esse é, provavelmente, o maior desafio do ensino de arquitetura e urbanismo no Brasil, ou seja, construir uma ponte sólida entre a formação teórico-prática com as questões relacionadas à produção habitacional, direcionada à população sem e com os menores rendimentos financeiros da sociedade. Pelo que foi apresentado neste artigo, o tema da HIS foi tratado de modo distinto ao longo dos anos, desde a primeira reformulação curricular ocorrida na ENBA, até a constituição do segundo currículo mínimo dos cursos de arquitetura e urbanismo, no ano de 1969.

A primeira manifestação curricular que se tem registro na historiografia do ensino de arquitetura, cuja reforma marcou a trajetória dos cursos no Brasil, é o da ENBA, em 1931. Naquela ocasião, as forças políticas e as influências internacionais sobre a produção arquitetônica no país, contribuíram para que Lucio Costa, mesmo a contragosto por parte de muitos professores, efetivasse um ensino de cunho tecnicista e influenciado pelas concepções modernistas. Esta teria sido a **primeira oportunidade** onde o tema da HIS poderia ter sido incluído, oficialmente, no ensino dos futuros profissionais de arquitetura, mas, essa acabou por não se efetivar. A responsabilidade dessa efetivação, ficou atribuída - numa espécie de "currículo informal" - aos professores, que por sua vez, poderiam ou não, abordar o referido tema nos ateliês de projeto. Ao se considerar a marcante resistência dos clássicos catedráticos da ENBA em relação aos ideais modernos - cujos principais nomes haviam se debruçado sobre o estudo do habitar mínimo -, pode-se apontar que o ensinamento dos estudos citados, não deve ter se procedido com grande abertura.

Quatorze anos após a reforma curricular da ENBA, no ano de 1945, a criação da FNA no Rio de Janeiro, conseguiu concretizar a desejada autonomia dos cursos de arquitetura e urbanismo, resultado do esforço de profissionais e estudantes comprometidos com a causa. As expectativas em relação às mudanças na formação dos novos profissionais da arquitetura e urbanismo voltado para uma compreensão mais ampla dos problemas da construção no país, foram, parcialmente, frustradas. Quando se instituiu a FNA, o currículo que se tornou modelo para todo o território nacional, não se desvinculou, totalmente, das antigas posturas e tradições das Escolas Politécnicas e ENBA. Aquele momento, que compõe os fatos históricos dos primeiros currículos mínimos de arquitetura e urbanismo, poderia ter sido a **segunda oportunidade** do tema da HIS se concretizar como disciplina ou conteúdo obrigatório na graduação de arquitetura e urbanismo, principalmente se for considerado as influências das políticas públicas de enfrentamento ao aumento do déficit habitacional no país, e a atuação de importantes arquitetos no envolvimento com os problemas e projetos de HIS. Contudo, restou à HIS, mais uma vez, ser omitida do ensino oficial de arquitetura e urbanismo.

As duas primeiras "oportunidades perdidas" apontadas anteriormente, exerceram influência nas ações curriculares ocorridas a posteriori no ensino de arquitetura e urbanismo no país. Se a realidade habitacional do país não conseguiu exercer influência para que a HIS fosse contemplada como uma responsabilidade fundamental do arquiteto nas condutas educacionais oficiais, as chances dessa ausência se perpetuar nas futuras reformulações curriculares eram altas. Em 1962, com a finalidade de elevar o nível de qualidade do ensino de arquitetura e urbanismo, é aprovado o primeiro currículo mínimo nacional. Mas, lamentavelmente, a realidade passada se repetiu, ou seja, a **terceira** e, talvez, a mais promissora das oportunidades para que o ensino de arquitetura pudesse estabelecer íntima conexão com as massas populares, não se efetivou oficialmente. Entretanto, acredita-se que, alguns professores, ligados à questão da HIS não deixaram de incorporar o respectivo tema em suas atividades nos ateliês, mesmo de modo extraoficial.

Foi apenas em 1969, em plena Ditadura Militar e implementação da Reforma Universitária, que, pela primeira vez, o tema da HIS aparece oficialmente no documento curricular dos cursos de arquitetura e urbanismo no Brasil. O Parecer nº 384/69, que serviu de base para a aprovação do segundo currículo mínimo, elege o tema da HIS como um programa específico e o considera como integrante do campo de atividade do arquiteto. No entanto, o segundo currículo mínimo, ao listar os conteúdos das disciplinas, atribui ao ensino sobre a produção de HIS prerrogativas para que sua efetivação no ateliê ocorresse, o que, de certo modo, se tornou um obstáculo para a implementação do conteúdo. Conforme foi evidenciado no artigo, o surgimento dessa **quarta oportunidade** para que a HIS, oficialmente, entrasse no currículo, foi parcialmente concretizada. Enquanto o currículo de 1962, intencionalmente, negligenciou a abordagem do conteúdo como prioritário, o currículo mínimo de 1969, legitima a condição secundária da inserção do referido tema no curso de graduação em arquitetura e urbanismo, e o coloca em condição de programa específico, ou seja, que deve ser alcançado pelo profissional por meio dos cursos de formação continuada, as conhecidas pós-graduações.

A explanação apresentada evidencia que, o modo como os currículos foram estruturados, ao longo da história, principalmente até o ano de 1962, imprimiu-se uma cultura de exceção na abordagem das questões referentes à HIS no ensino de arquitetura e urbanismo e conseqüentemente, na formação “generalista” do futuro profissional. Como exceção, restou ao referido tema, ser trabalhado em programas específicos de formação continuada se, ainda assim, a instituição desenvolvesse este tipo de atividade e linha de pesquisa.

Os fatos históricos expostos, confirmam que a ausência da inserção do tema da HIS nos cursos de graduação em arquitetura e urbanismo, como conteúdo obrigatório, principalmente na disciplina de projeto de arquitetura, é consequência histórica da condição secundária no qual foi posto os estudos sobre HIS nos primeiros documentos oficiais que balizaram as condutas pedagógicas do ensino de arquitetura e urbanismo no Brasil. Para que essa realidade seja, enfaticamente, modificada, é preciso que os cursos de graduação em arquitetura e urbanismo, construam estratégias para que a formação profissional não fique restrita apenas ao atendimento das necessidades da população com as mais elevadas rendas, e passem a formar profissionais críticos e com visão centrada no equacionamento dos problemas espaciais das aglomerações urbanas, das residências populares, dos assentamentos informais, ou seja, o arquiteto urbanista do século XXI.

Continuar considerando o tema da HIS como uma especialização do campo de atuação do arquiteto, é contribuir, indiretamente, com a progressiva desigualdade social que destrói progressivamente nossas cidades, além de reforçar uma arquitetura voltada para uma classe dominante específica. Por fim, coaduna-se com a afirmativa de Ferreira (2011, p. 2-3, grifo nosso) o qual relata que **“esse “mundo” da habitação de interesse social, da informalidade urbana (generalizada), simplesmente parece não pertencer ao “mundo” da arquitetura”**.

6 REFERÊNCIAS

- ABEA. *Boletim, da ABEA, nº 1*. 1974. Disponível em: <http://www.abea.org.br/?page_id=739>. Acesso em: 20 dez. 2015.
- ABEA. *Sobre a história do ensino de arquitetura no Brasil*. São Paulo, Associação Brasileira de Arquitetura, 1977.
- ARAVECCHIA BOTAS, Nilce Cristina. *Entre o progresso técnico e a ordem política: arquitetura e urbanismo na ação habitacional do IAPI*. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo - USP. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, São Paulo, 2011. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16139/tde-05092011-141742/pt-br.php>>. Acesso em: 01 ago. 2016.
- ARTIGAS, João Batista Vilanova. *Caminhos da arquitetura*. 2ª ed. São Paulo: Pini, Fundação Vilanova Artigas, 1986.
- AZEVEDO, Sérgio de. Vinte e dois anos de política habitacional (1964-86): criação, trajetória e extinção do BNH. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 4, p. 107-119, 1988. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/9391/8458>>. Acesso em: 18 ago. 2015.
- AZEVEDO, Sérgio de; ANDRADE, Luís Aureliano Gama de. *Habitação e Poder: Da Fundação da Casa Popular ao Banco Nacional Habitação*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2011.
- BASTOS, Maria Alice Junqueira; ZEIN, Ruth Verde. *Brasil: Arquiteturas após 1950*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2010.
- BENETTI, Pablo. *Habitação Social e Cidade*. 1. ed. Rio de Janeiro: Rio Book's, 2012.
- BONDUKI, Nabil. *Os pioneiros da habitação social no Brasil: volume 01*. 1º ed. São Paulo: Editora Unesp: Edições Sesc São Paulo, 2014.
- BRASIL. *Decreto nº 19.852, de 11 de abril de 1931*. Dispõe sobre a organização da Universidade do Rio de Janeiro.
- BRASIL. *Decreto-Lei n. 7.918 – de 31 de agosto de 1945*. Dispõe sobre a organização da Faculdade Nacional de Arquitetura da Universidade do Brasil.
- BRASIL. *Parecer nº 384/69 – de 10 de junho de 1969*. Currículo Mínimo de Arquitetura.
- BRUNA, Paulo Júlio Valentino. *Os Primeiros Arquitetos Modernos: Habitação Social no Brasil 1930-1950*. 1º ed. 1 reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.
- CAVALCANTI, Lauro Pereira. *Moderno e brasileiro: a história de uma nova linguagem na arquitetura, (1930-60)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006
- CONFEA. *Trajетória e estado da arte da formação em engenharia, arquitetura e agronomia - volume X: Arquitetura e Urbanismo*. Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia. – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira; Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, 2010. v.10.
- GRAEFF, Edgar Albuquerque. *Arte e Técnica na Formação do Arquiteto*. São Paulo: Studio Nobel/Fundação Vilanova Artigas, 1995.

MANOEL, Sálua Kairuz. *Fundação da Casa Popular (1946-1964): projeto frustrado de construção de habitação de interesse social no Brasil*. Dissertação (Mestrado) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2004.

MARAGNO, Gogliardo Vieira. A Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura e as relações entre o ensino de Arquitetura e Urbanismo e a habilitação profissional no Brasil. In: MONTEIRO, Ana Maria Reis Goes; MARAGNO, Gogliardo Vieira; JUNIOR, Wilson Ribeiro dos Santos; GUTIERREZ; Ester Judite Bendjouya (org.). *A construção de um novo olhar sobre o ensino de arquitetura e urbanismo no Brasil: os 40 anos da Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura e Urbanismo*. Brasília: ABEA, 2013, p.138-166. Disponível em: <https://issuu.com/gogli/docs/livro_abea_com_isbn_digital_03-dez_>. Acesso em: 29 mar. 2016.

MONTEIRO, Ana Maria Reis de Góes. *O ensino de Arquitetura e Urbanismo no Brasil: a expansão dos cursos no Estado de São Paulo no período de 1995 a 2005*. Tese (Doutorado) Universidade Estadual de Campinas. Pós-Graduação em Engenharia Civil, Campinas, São Paulo, 2007. Disponível em: <<http://livros01.livrosgratis.com.br/cp039498.pdf>>. Acesso em: 27 mai. 2016.

SANCHES, Maria Ligia Fortes. *Construções de Paulo Ferreira Santos: a fundação de uma historiografia da arquitetura e do urbanismo no Brasil*. Rio de Janeiro, 2005. 511 f. (Doutorado/História Social da Cultura) - Programa de Pós-graduação em História Social da Cultura, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

SANTOS JUNIOR, Wilson Ribeiro dos. *O currículo mínimo no ensino de arquitetura e urbanismo no Brasil: 1969 – 1994*. Tese (Doutorado) Universidade Estadual de São Paulo. Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, São Paulo, 2001.

SANTOS, Roberto Eustaáquio dos. *Atrás das grades curriculares: da fragmentação do currículo de arquitetura e urbanismo no Brasil*. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura. Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Belo Horizonte, 2002.

SEGAWA, Hugo. *Arquitetura no Brasil 1900-1990*. 3 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010. (Acadêmica; 21).

SILVA, Tomaz Tadeu da. *Documentos de Identidade; uma introdução as teorias do currículo*. 3º ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

SOUZA, Abelardo de. A Enba, antes e depois de 1930. In: XAVIER, Alberto. *Arquitetura moderna brasileira: depoimentos de uma geração*. São Paulo: Pini: Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura: Fundação Vilanova Artigas, 1987, p. 56-64.

NOTAS

¹ A parti dos anos de 1950, algumas faculdades importantes no país são criadas: criação da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Rio Grande do Sul em 1952, criação da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal de Pernambuco em 1958, e criação da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia em 1959. Todas essas faculdades foram criadas a partir do movimento separatista dentro das Escolas de Belas Artes.

² Até 1960, haviam sido construídos 16.964 casas e 143 conjuntos residência. Além disso, destaca-se que: “[...] se privilegiavam os grandes centros urbanos, pois 68% das construções localizaram-se nas grandes cidades da época, ou seja, as de população superior a 50 mil habitantes. Mas isso não quer dizer que não se tenham contemplado os pequenos e médios núcleos, os quais foram beneficiados com 32% das edificações realizadas” (AZEVEDO; ANDRADE, 2011, p.15).

³ Conforme o Parecer nº 336, de 1962 (ABEA, 1977, p.72), as disciplinas do currículo mínimo são: Cálculo; Física Aplicada; Resistência dos Materiais e Estabilidade das Construções; Desenho e Plástica; Geometria descritiva; Materiais de Construção; Técnica da construção; História da Arquitetura e da Arte; Teoria da Arquitetura; Estudos Sociais e Econômicos; Sistemas Estruturais; Legislação, Prática Profissional e Deontologia; Evolução urbana; Composição Arquitetônica, de Interiores e de Exteriores; Planejamento.

⁴ A nova grade curricular do segundo currículo mínimo, separava as disciplinas em Básicas e Profissionais, são elas: **Matérias Básicas:** Estética; História das Belas Artes e, especialmente História da Arquitetura e Artes no Brasil; Plástica; Desenho e outros meios de expressão; Matemática; Física; Estudos Sociais; Desenvolvimento Econômico, Social e Político do Brasil; problemas correlatos em Arquitetura e Urbanismo e Comunicação em massa. **Matérias profissionais:** Teoria da Arquitetura; Arquitetura Brasileira; Resistência dos Materiais; Materiais de construção, detalhes e técnicas de construção; Sistemas Estruturais; Instalações; Higiene de Habitação e Planejamento.

NOTA DO EDITOR (*) O conteúdo do artigo e as imagens nele publicadas são de responsabilidade do(s) autor(es).